

Senado indica outro ritmo para minirreforma eleitoral

Câmara votou a toque de caixa para tentar que valesse na próxima eleição

Por Rudolfo Lago

Votada em toque de caixa na Câmara, a minirreforma eleitoral é o próximo capítulo da disputa entre deputados e senadores pelo protagonismo no Congresso. A pressa demonstrada na Câmara, com a inusitada associação dos governistas do PT e dos oposicionistas do PL não deve se repetir da mesma forma agora no Senado. Ou, pelo menos, não deverá se repetir com a velocidade necessária para que as novas regras valham, como os deputados queriam, para as eleições municipais do ano que vem.

Para que valham para as próximas eleições, os dois projetos que compõem a chamada minirreforma eleitoral teriam que estar aprovados e sancionados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o dia 5 de outubro. Designado relator agora dos textos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Marcelo Castro (MDB-PI) já indicou que essa possibilidade é bastante remota. “A minha dúvida é se teremos tempo hábil para aprovar tudo isso até 5 de outubro”, disse ele.

E Marcelo Castro ainda apontou para outro fator que torna essa possibilidade ainda mais difícil: ele indicou que o Senado modificará o texto aprovado na Câmara. Isso, então, levará à necessidade de mais uma rodada de votação na Câmara. Improvável que tudo isso possa de fato vir a ocorrer nos 25 dias que separam esta segunda-feira (18) do dia 25 de



Relator do PT e apoio do PP: associações na minirreforma

outubro, levando-se em conta ainda que o Congresso só costuma deliberar às terças e quartas, que serão somente oito daqui até o dia 25.

Pressa

Na mesma linha de Marcelo Castro, o próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MS), indicou que não haverá a mesma “pressa” para aprovar o projeto. “Nós temos que avaliar se é possível fazer isso em duas semanas ou não. De qualquer modo, nós não podemos produzir uma legislação na pressa”, afirmou o presidente do Senado. Esta semana, Pacheco estará em Nova Iorque. Viajou para acompanhar

a sessão de abertura da reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) e o discurso do presidente Luiz Inácio Lula. Tradicionalmente, é o presidente do Brasil o primeiro a discursar na reunião da ONU. Assim, na ausência de Pacheco, não deverá haver grandes avanços no texto agora.

É um forte indicativo das diferenças de postura e da disputa de poder entre Câmara e Senado. Na Câmara, sob o comando do presidente Arthur Lira (PP-AL), os diversos partidos associaram-se na defesa de seus próprios interesses. O relator do projeto, por exemplo, foi o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA). So-

mente Psol e Novo foram contrários. No Senado, Pacheco agora parece querer fazer um aceno à sociedade. Os dois projetos aprovados na Câmara foram duramente criticados por especialistas.

Minirreforma

Em linhas gerais, diversos são os pontos criticados na minirreforma. Ela flexibiliza as exigências de cotas para candidatos negros e mulheres. Permite que recursos destinados às candidaturas femininas acabem de alguma forma utilizados por candidatos homens. Reduz o tempo de inelegibilidade para políticos condenados. Enfraquecem regras de

prestação de contas da campanha eleitoral.

Entre pontos que os projetos flexibilizam estão, por exemplo, o fim de sanções para contas rejeitadas no segundo semestre de anos eleitorais e o enfraquecimento de sanções aos partidos que não prestarem contas. Com relação às cotas, estabelece que a necessidade de cumprimento de 30% para candidaturas femininas deixe de ser de cada partido para ser de todas as siglas que compõem uma mesma federação partidária. Por exemplo: PT, PCdoB e PV compõem hoje uma federação, se o PV não cumprir a cota de 30% de candidatas mulheres, isso pode ser compensado

pelas candidaturas do PT e PCdoB.

Crimes hediondos

Idealizador da Lei da Ficha Limpa, o juiz Márlon Reis, em entrevista ao site Congresso em Foco, disse que os projetos aprovados na Câmara, facilitam a possibilidade de eleição de pessoas que cometeram crimes hediondos. O projeto, na sua avaliação, flexibiliza as regras contidas na Lei da Ficha Limpa.

“Eu diria que [a aprovação da minirreforma] foi a maior contribuição para a participação do crime organizado que já se ousou tentar até o momento no Brasil”, disse Márlon. Segunda a Lei da Ficha Limpa, políticos condenados são inelegíveis além da conclusão sua pena. O projeto altera esse período para depois da data da condenação. Ou seja: em tese, reduz esse tempo de inelegibilidade.

Além disso, estabelece que só ficariam inelegíveis políticos nos casos em que houvesse comprovação do dolo.

Para Márlon, os maiores beneficiados são os que cometem crimes hediondos, condenados, então, a penas muito altas. “Essas penas são altas justamente porque os crimes são muito graves”, explica Márlon. Casos de assassinato, estupro, terrorismo, genocídio. Pelo projeto em curso, políticos poderiam voltar a ficar elegíveis nesses casos antes mesmo de terminarem de cumprir suas penas.

Disputa por vaga em tribunais

Candidatos têm apoio de membros do Supremo e de petistas

A disputa por vagas em importantes tribunais do país tem mobilizado ministros do presidente Lula (PT), parlamentares e integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal).

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) realizará nos próximos meses diversas votações internas para definir indicados para assentos destinados à advocacia no TST (Tribunal Superior do Trabalho) e em dois tribunais regionais federais.

Nomes como Gilmar Mendes, ministro do Supremo, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e Fernando Haddad, ministro da Fazenda, têm candidatos no páreo.

Um dos postulantes ao TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) é Eduardo Martins, filho do ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Humberto Martins. Pesa contra ele, no entanto, a relação com pessoas próximas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Outro é Flávio Jardim, apoiado por Gilmar e que já esteve em uma lista anterior, mas acabou sendo preterido pelo então presidente Bolsonaro.

Também são vistos como fortes na briga os advogados Thiago Campos e Vicente Viana. O primeiro tem relação próxima com o PT e apoios de próceres petistas, como Haddad e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), seu conterrâneo.



Nos próximos meses, OAB realizará votações internas para indicados ao TST

O segundo tem apoios importantes na própria OAB e conta com ajuda do ministro Reynaldo Fonseca, do STJ, e do desembargador do TRF-1 Gustavo Amorim.

A votação está marcada para o próximo dia 18. A OAB elegerá duas listas sextuplas e, depois, caberá ao tribunal reduzir ambas as relações pela metade. Lula, então, terá que escolher um de cada lista para se tornar integrante da corte.

O advogado Diogo Condurú também tem apoios importantes no mundo político. Estão ainda na disputa advogados com histórico na OAB, como Marcus Gil, Gustavo Silbernagel e Rebeca da Silva.

O rito para escolha do próximo ministro do TST é similar. A OAB escolherá seis nomes, o tribunal reduzirá a relação para três e, depois, Lula escolherá um deles para assu-

mir um assento no órgão de cúpula da Justiça do Trabalho.

O advogado Adriano Avelino está em campanha para o cargo e tem apoio do presidente da Câmara. Um problema para ele, no entanto, é o fato de não ser o único candidato de seu estado, Alagoas.

O alagoano Fernando Paiva é o candidato ao TST de Felipe Sarmento, presidente do fundo financeiro da OAB e favorito para assumir o comando do órgão após a gestão de Beto Simonetti. Ele já foi pressionado a retirar a candidatura de seu aliado, mas não cedeu à pressão e manteve o nome de Paiva na disputa.

A disputa entre os dois alagoanos esquentou nas últimas semanas. É raro a OAB incluir conterrâneos na mesma lista.

Outro nome de peso na disputa é o de Emmanoel Campelo. Ele é filho de Emmanoel

Pereira, que se aposentou recentemente do TST escalou o filho para disputar a cadeira que era sua até outubro do ano passado.

Além dele, o advogado Antonio Fabrício é outro nome que desponta na disputa. Ele tem boas relações dentro da OAB e também conta com o apoio do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que até hoje exerce influência no PT.

Outro tribunal que tem duas vagas abertas e que caberá à OAB preencher os assentos atualmente sem donos é o TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

Nesse caso, está no páreo a advogada Gabriela Araújo, que é casada com Emídio de Souza (PT-SP) deputado estadual que exerce grande influência dentro do PT.

Matheus Teixeira (Folhapress)

Brasil assina acordos de cooperação com Cuba

Em visita a Cuba, ministros que acompanharam o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinaram acordos de cooperação, também chancelados pelo presidente, que devem, segundo o governo federal, “ampliar a troca de tecnologias entre os dois países”. Os memorandos de cooperação incluem as áreas de saúde, ciência e tecnologia e desenvolvimento agrário.

Conforme as informações da Agência Brasil, na área de saúde, foi assinado um protocolo de cooperação que prevê a troca de tecnologias e conhecimento em temas como doenças crônicas, vacinas, biotecnologia e biodiversidade, doenças transmissíveis e negligenciadas. O protocolo também prevê o desenvolvimento de produtos inovadores. “A importância desse acordo é que o Brasil se beneficia de um conhecimento de ponta que Cuba desenvolveu, investimentos de anos nessa área. Nesse desenvolvimento conjunto, o Brasil entra com sua expertise em pesquisa clínica e a sua capacidade de produzir em escala, em laboratórios públicos e laboratórios privados”, explicou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

O documento inclui ainda uma associação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Biocubafarma. Essa associação vai possibilitar transferência de tecnologia para a produção nacional do NeuroEpo, um medica-

mento inovador usado para retardar os efeitos do Alzheimer, e da Eritropoietina, utilizado no tratamento de anemia por insuficiência renal, leucemia e outras doenças.

O acordo também possibilita o desenvolvimento de uma política de auxílio mútuo sobre regulamentação sanitária para aprovação e comercialização de medicamentos, dispositivos médicos, vacinas e outras tecnologias.

Já na área de Ciência e Tecnologia, a principal medida assinada no encontro

trata da reativação do Comitê Gestor Brasil-Cuba de Ciência, Tecnologia e Inovação. A intenção é que o comitê volte a se reunir no prazo de 60 dias para discutir cooperação científica e tecnológica entre os dois países, com prioridade em biotecnologia, bioeconomia, biorrefinarias, biofabricação, energias renováveis, ciências agrárias, soberania, segurança alimentar, clima, sustentabilidade, redes de ensino e pesquisa.

Na área de desenvolvimento agrário, o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, assinou um convênio com o governo cubano para o estabelecimento de um programa de cooperação na área agrícola, que contempla as áreas de agricultura, pecuária, agroindústria, governança da terra, soberania e segurança alimentar e nutricional.